

Creditas Sociedade de Crédito Direto S.A.

*Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025*



3 Relatório da Administração

4 Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

7 Demonstrações Financeiras

12 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Creditas Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Creditas SCD” ou “Empresa”) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

A Creditas SCD é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), desde 23 de janeiro de 2019, nos termos da Resolução nº 5.177 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”).

A Creditas SCD realiza operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. As operações de crédito são relacionadas a dois produtos (i) Auto, financiamentos e refinanciamentos com veículo em garantia; e (ii) Consignado Privado. Também oferece os produtos relacionados à benefícios, na modalidade pré-paga aos seus clientes. Atualmente, a Creditas SCD busca expandir seu portfólio de produtos e investir em pessoas e tecnologia, com foco no crescimento da Empresa, visando sempre propiciar a melhor experiência possível aos nossos clientes.

Desempenho

A Creditas SCD encerrou o segundo semestre de 2025 com R\$ 71.532 mil em ativos e a carteira de crédito com operações de empréstimos com garantia e financiamentos com saldo de R\$ 14.613 mil já líquido dos efeitos de provisão para perdas e ajuste a valor justo.

O valor total de originação para as operações de empréstimo e financiamento com garantia no ano foi de R\$ 2.728.970 mil e o valor cedido foi de R\$ 2.725.937.

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme estatuto social da Creditas SCD. Em razão do saldo total de prejuízos acumulados no patrimônio líquido, não efetuamos a distribuição de dividendos em 2025.

Governança Corporativa

A Creditas SCD adota as melhores práticas de mercado, estabelecendo políticas e procedimentos internos que devem ser seguidos por todos os seus colaboradores, respeitando as leis e os regulamentos aplicáveis ao modelo de negócio.

Considerações finais

A Creditas SCD segue os padrões definidos pelo BACEN e pela legislação aplicável às Sociedades Anônimas para a divulgação dos seus resultados contábeis.

Em conformidade com o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, a apresentação comparativa das demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior foi dispensada, em razão das mudanças de políticas contábeis relacionadas à contabilização de instrumentos financeiros, adotadas a partir de 01 de janeiro de 2025.

Agradecemos a confiança de todos os nossos clientes e dos nossos colaboradores que não medem esforços para o sucesso da Empresa.

São Paulo, 16 de março de 2026.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Creditas Sociedade de Crédito Direto S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Creditas Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Creditas Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.5 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

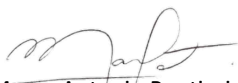
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Marco Antonio Pontieri

Contador CRC – 1SP153569/O-0

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	4	47.499
Ativos financeiros		14.613
Ativos financeiros a valor justo no resultado	5	14.613
Outros ativos	6	9.420
Total do ativo		71.532
Passivo		
Adiantamento de clientes	7	8.414
Obrigações tributárias	8	3.443
Obrigações diversas	10	29.285
Contingências	9	2.785
Total do Passivo		43.927
Patrimônio líquido		
Capital social	12	26.000
Reservas de Capital	12	5.266
Prejuízos acumulados		(3.661)
Total do Patrimônio líquido		27.605
Total do passivo e patrimônio líquido		71.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultados

para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2025	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		6.539	12.020
Operações de crédito	14	3.599	6.452
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.940	5.568
Despesas da intermediação financeira		294	(754)
Receita/(Despesa) de ajuste a valor justo	5	419	(503)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5	(125)	(251)
Resultado bruto de intermediação financeira		6.833	11.266
Outras receitas / (despesas) operacionais		(1.027)	(8.821)
Receitas de prestação de serviços	15	56.507	108.300
Despesas de pessoal	16	(1.224)	(2.885)
Outras despesas administrativas	17	(47.903)	(99.004)
Despesas tributárias	18	(7.534)	(12.688)
Outras despesas operacionais	19	(873)	(2.544)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		5.806	2.445
Imposto de renda e contribuição social	11	(992)	(992)
Resultado líquido do semestre/exercício		4.814	1.453
Quantidade de ações do capital social	12	52.000	52.000
Resultado líquido por ação no semestre/exercício		0,0926	0,0279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultados abrangente

para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>2º semestre 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Resultado líquido do semestre/exercício	4.814	1.453
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do semestre/exercício	4.814	1.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	2º semestre 2025	31/12/2025
Lucro no semestre/exercício	4.814	1.453
Juros apropriados	(3.599)	(6.452)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	125	251
Pagamento baseado em ações	69	325
Resultado de ajuste a valor justo	(419)	503
Provisão para contingências	191	526
Lucro/(Prejuízo) ajustado	1.181	(3.394)
Variação de ativos e obrigações:		
Ativos financeiros	465	(63)
Outros ativos	(6.755)	(7.630)
Adiantamento de clientes	(1.393)	(1.140)
Obrigações diversas	6.121	8.108
Total das variações patrimoniais	(1.562)	(725)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(381)	(4.119)
Juros recebidos	1.848	3.566
Fluxo de caixa das atividades operacionais líquido	1.467	(553)
Variação nos fluxos de caixa do semestre/exercício	1.467	(553)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	46.032	48.052
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	47.499	47.499
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.467	(553)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital realizado	Reservas de Capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		26.000	4.941	(5.018)	25.923
Efeito da adoção inicial da Resolução 4.966/21	2	-	-	(96)	(96)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		26.000	4.941	(5.114)	25.827
Pagamentos baseados em ações	13	-	325	-	325
Resultado líquido no exercício		-	-	1.453	1.453
Saldos em 31 de dezembro de 2025		26.000	5.266	(3.661)	27.605
Saldos em 30 de junho de 2025		26.000	5.197	(8.475)	22.722
Pagamentos baseados em ações	13	-	69	-	69
Resultado líquido no semestre		-	-	4.814	4.814
Saldos em 31 de dezembro de 2025		26.000	5.266	(3.661)	27.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Creditas Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Creditas SCD” ou “Empresa”), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261 - Chácara Santo Antônio, no estado de São Paulo, foi constituída em 12 de março de 2019 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 22 de novembro de 2018.

A partir de 28 de novembro de 2025, em virtude da aquisição do Banco Andbank S.A. pelo Grupo Creditas, a Empresa passou a fazer parte do conglomerado prudencial liderado pelo Banco Andbank.

A Creditas SCD tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio. As operações de crédito são relacionadas a dois produtos (i) Auto, financiamentos e refinanciamentos com veículo em garantia; e (ii) Consignado Privado. Também oferece os produtos relacionados à benefícios, na modalidade pré-paga aos seus clientes.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, em conjunto com as Normas e Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), conforme previsto na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução BCB nº 2 do BACEN.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Creditas SCD de continuar as suas atividades nos próximos 12 (doze) meses.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no período.

As demonstrações financeiras da Creditas SCD foram aprovadas pela Administração em 16 de março de 2026.

2.2 Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Creditas SCD são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Creditas SCD atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras envolve a aplicação de julgamentos, estimativas e premissas por parte da Administração, influenciando as políticas contábeis adotadas e os valores relatados para ativos, passivos, receitas e despesas. É importante ressaltar que os resultados reais podem variar em relação a essas estimativas, as quais são constantemente revisadas. Qualquer alteração nas estimativas é reconhecida de forma prospectiva.

2.4 Resultados recorrentes e não recorrentes

Para classificação de resultados recorrentes e não recorrentes, a Creditas SCD considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (originação de crédito e cessão), prestações de serviços e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Creditas SCD.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

A Creditas SCD não gerou resultados não recorrentes no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.5 Adoção de novas normas e interpretações de normas existentes

A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 que estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a contabilidade de hedge.

Em conformidade com o Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, que dispensa as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de apresentar as informações comparativas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025, a Empresa optou por não apresentar informações comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esta medida tem como objetivo simplificar a transição para novas exigências contábeis e regulatórias.

As Resoluções foram adotadas de forma prospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2025, exceto para contabilidade de hedge que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027.

O impacto inicial da nova metodologia de provisão para perdas foi um débito de R\$ 98 no patrimônio líquido. O impacto da alteração de 60 para 90 dias na cessação do reconhecimento de juros foi de R\$ 2. Ao final, o impacto total líquido no patrimônio líquido pela adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 foi de R\$ 96, líquido de impostos.

2.6 Novas normas, alterações e interpretações ainda não efetivas

Foi publicada, em junho de 2025, a Medida Provisória nº 1.303/2025, que prevê a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) aplicável às Sociedades de Crédito Direto (“SCD”), conforme alteração promovida na Lei nº 7.689/1988 pela referida MP, com base no inciso IV do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001.

Com a não aprovação da MP 1.303/2025 no Senado, não houve a majoração da alíquota da CSLL dentro do exercício de 2025. Contudo, foi publicada, em dezembro de 2025, a Lei Complementar 224/2025 art. 7º, que prevê a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) aplicável às Sociedades de Crédito Direto (“SCD”), conforme alteração promovida na Lei nº 7.689/1988 pela referida LC.

De acordo com a nova redação do art. 7º da LC 224/2025, a alíquota da CSLL para as SCD passará de 9% para 12% a partir de 01 de abril de 2026; e 15%, a partir de janeiro de 2028.

2.7. Mudanças de Estimativas Contábeis

Em conformidade com a Resolução CMN 4.966/21, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Empresa revisou a metodologia de mensuração de seus ativos financeiros inadimplentes classificados como Valor Justo no Resultado. A nova estimativa considera fluxos de caixa esperados ajustados por parâmetros de recuperação e descontados a taxas que refletem o prêmio de risco observado em transações recentes de mercado (usando como parâmetro de comparação as transações de cotas preferenciais de FIDCs que possuem carteira de ativos semelhantes). Essa mudança, tratada prospectivamente conforme o CPC 23, resultou em um ajuste negativo no resultado de R\$ 503 mil no exercício de 2025, conforme detalhado na nota 5 – Ativos Financeiros.

3. Descrição das principais práticas contábeis

(a) Disponibilidades

Compreende numerário em espécie, depósitos bancários, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários - livres, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de crédito são apropriados aos resultados em base pro rata dia, conforme condições de contratação. A receita de tarifa de cadastro é reconhecida quando o serviço relacionado com a originação é prestado e desde que possa ser mensurada de forma confiável e seja provável que a Creditas SCD receba os benefícios econômicos associados à transação.

(c) Ativos financeiros e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Classificação dos Ativos Financeiros: Os ativos financeiros consistem na realização de operações de empréstimos e financiamentos, aquisição de direitos creditórios via plataforma eletrônica e posterior venda para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDCs”) e são classificados na categoria de valor justo no resultado (“VJR”) observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21. Essa classificação reflete o objetivo de gerar retorno somente pela venda do ativo financeiro. Para ativos financeiros a vencer, o valor justo corresponde ao valor presente, não sendo necessário aplicar ajustes adicionais.

Para ativos adimplentes (a vencer), o valor justo é equivalente ao valor presente dos fluxos de caixa contratuais, dada a curta permanência desses ativos no balanço antes da cessão (até 2 dias úteis). Para os ativos com atraso (inadimplentes), a Creditas SCD utiliza uma metodologia simplificada de valor justo baseada em fluxos de caixa esperados, ajustados pela probabilidade de recuperação e descontados a valor presente por uma taxa que reflete o risco de mercado.

Reconhecimento de Receitas: As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, serão reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

Provisão para Perdas Esperadas: A Creditas SCD está enquadrada na modalidade de gerenciamento de risco S4 (instituições não bancárias com perfil de risco simplificado), devido a isto, a metodologia para a provisão para perdas é simplificada. Conforme o Art. 78 da Resolução BCB nº 352/23, essa metodologia prevê a constituição de provisão para perdas incorridas e provisão adicional de perdas esperadas e, para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas e incorridas, os ativos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5.

A Empresa possui o produto Auto, que se enquadra na classificação C2 e Consignado Privado, em C5, devido as seguintes definições do Art. 81 da Resolução BCB nº 352/23:

- i. **Carteira C2:** créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;
- ii. **Carteira C5:** operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais.

A Creditas SCD classifica seus instrumentos financeiros como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorre atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos ou possua algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Quando isto ocorrer, é realizado o *stop accrual* e o ativo é caracterizado como ativo problemático.

Conforme Resolução CMN nº 4.966/21 o ativo somente deixa de ser caracterizado como problema de recuperação de crédito no caso de:

- i. inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- ii. manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;
- iii. cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
- iv. evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Com isto, a Creditas SCD volta a reconhecer as receitas relativas ao ativo como problema de recuperação de crédito apenas 60 dias após estabilização.

As operações renegociadas e reestruturadas serão mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas, anteriormente.

Taxa de Juros: A taxa de juros considerada é a taxa nominal dos contratos, tendo em vista que os instrumentos financeiros permanecem por um curto período na carteira até serem cedidos aos fundos de investimento.

(d) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Creditas SCD e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Creditas SCD possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(e) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional.

(i) ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em notas explicativas.

(ii) passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(iii) obrigações legais: são reconhecidas contabilmente as ações judiciais ou administrativas que envolvam obrigações fiscais e tributárias quando houver uma expectativa provável de saída de recursos para a liquidação dessas obrigações, desde que os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com suficiente grau de confiabilidade.

(f) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize as melhores práticas na determinação e registro de estimativas contábeis, que podem afetar os montantes de determinados ativos e passivos, receitas, despesas, além de outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos, projeções de lucros futuros para fins do reconhecimento do crédito tributário e avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A Creditas SCD revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente conforme determinado pelas regras contábeis.

(g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 mil. A contribuição social ("CSLL") é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base.

Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporárias não foram reconhecidos, uma vez que não existem outras evidências de recuperabilidade em um futuro próximo.

A Creditas SCD não tem limite temporal para a utilização dos impostos diferidos ativos, mas a utilização dos impostos diferidos ativos relacionados com prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável por ano para as entidades brasileiras.

(h) Pagamento baseado em ações

A empresa concedeu opções de ações ordinárias (SOP) a certos funcionários nos termos dos Planos de Ações em vigor. SOPs geralmente são concedidos como parte de:

- (i) O pacote de remuneração base dos empregados, além dos respectivos salários e demais benefícios; ou
- (ii) Um acordo de pagamento de bônus, em vez da remuneração básica do empregado. Objetivamente, neste caso, SOPs são concedidos como um incentivo para que certos funcionários-chave permaneçam na equipe da Subsidiária ou uma recompensa por seus esforços para melhorar o desempenho da Subsidiária.

O pagamento baseado em ações é contabilizado pelo valor dos instrumentos patrimoniais concedidos e essa despesa é reconhecida durante o período de aquisição do direito de exercício dos instrumentos. O valor total a ser debitado é determinado por referência ao valor justo do pagamento baseado em ações na data da outorga e condições de aquisição (principalmente quando um funcionário permanece na Empresa por um período específico).

A metodologia utilizada pela Empresa para mensurar o valor justo do pagamento baseado em ações é o modelo Black & Scholes. O modelo Black & Scholes é utilizado para avaliação de opções diretas, a administração entende que este modelo é mais adequado e será utilizado para reavaliar o valor justo para os períodos subsequentes.

Para o pagamento baseado em ações, efetuamos o registro das despesas relacionadas aos planos implementados pela holding *Creditas Financial Solutions Ltd.* em suas companhias investidas. Os planos são registrados na Empresa em razão da remuneração por prestação de serviços dos seus funcionários.

Modificações nos Planos

Quando os termos e condições de um instrumento liquidado em instrumentos patrimoniais são modificados, o Grupo contabiliza a modificação de acordo com o CPC 10. Se a modificação aumentar o valor justo total do pagamento baseado em ações, ou for de outra forma benéfica ao empregado, o valor justo incremental é reconhecido ao longo do período de aquisição restante. O valor justo original na data da outorga continua a ser reconhecido como se os termos não tivessem sido modificados.

(i) Cessão de créditos

A Creditas SCD realiza cessão da totalidade de suas operações de crédito para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios. Tais cessões são classificadas como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”. De acordo com a Resolução do CMN nº 4.966/21, nas vendas ou transferências de ativos financeiros classificadas na categoria “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve ser baixado e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>
Depósitos bancários	7.424
Banco Central - outras reservas livres	30
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	40.045
Total	<u>47.499</u>

⁽¹⁾ Valor referente à aplicações em Letras do Tesouro Nacional e Notas do Tesouro Nacional com prazo de vencimento de até 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Ativos financeiros

a) Composição dos ativos financeiros	31/12/2025
Operações de crédito	15.785
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(669)
(-) Ajuste a valor justo	(503)
Total de ativos financeiros a valor justo no resultado	14.613
b) Abertura por produto	
Auto (C2)	12.651
Consignado Privado (C5)	3.134
Total de operações de crédito	15.785
(-) Provisão total para auto	(422)
(-) Provisão total para consignado privado	(247)
Total de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(669)
(-) Ajuste a valor justo para auto	(460)
(-) Ajuste a valor justo para consignado privado	(43)
Total de ajuste a valor justo	(503)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, montante de contratos originados foi de R\$ 2.728.970 e de créditos cedidos, com transferência substancial de riscos e benefícios, foram de R\$ 2.725.937. Além disso, o resultado de valor justo das operações de crédito foi uma despesa de R\$ 503.

Faixas de Vencimento	31/12/2025					
	Auto (C2)			Consignado Privado (C5)		
	Operações de crédito	(-) Provisão para perdas	(-) Ajuste a valor justo	Operações de crédito	(-) Provisão para perdas	(-) Ajuste a valor justo
A vencer	11.717	(164)	-	2.837	(54)	-
Vencido de 1 a 30 dias	97	(2)	(25)	15	(1)	(3)
Vencido de 31 a 90 dias	434	(64)	(276)	22	(7)	(8)
Vencido de 91 a 180 dias	85	(34)	(40)	77	(44)	(16)
Vencido de 181 a 240 dias	193	(86)	(82)	9	(6)	(1)
Vencido de 241 a 300 dias	18	(9)	(7)	47	(34)	(3)
Vencido de 301 a 360 dias	107	(63)	(30)	127	(101)	(12)
Total bruto	12.651	(422)	(460)	3.134	(247)	(43)

d) Abertura da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Classificação de carteiras	31/12/2025		
	Perda Incorrida	Perda Esperada	Provisão Total
Auto (C2)	(178)	(244)	(422)
Consignado Privado (C5)	(176)	(71)	(247)
Total bruto	(354)	(315)	(669)

e) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	31/12/2025
Saldo inicial	(322)
Efeito da adoção inicial da Resolução 4.966/21	(96)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	(418)
Créditos baixados para prejuízo	344
Constituição de provisão	(595)
Saldo final	(669)

Não houve operações renegociadas e/ou reestruturadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O valor de recuperação de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 55.

6. Outros ativos

	31/12/2025
Partes relacionadas ⁽¹⁾	6.915
Adiantamento a fornecedores ⁽²⁾	825
Depósitos judiciais	641
Outros créditos ⁽³⁾	536
Contratos de antecipação	471
Imposto a recuperar sobre aplicações financeiras	32
Total	9.420

⁽¹⁾ Maior detalhamento sobre esse ativo está descrito na nota 21 - Partes relacionadas.

⁽²⁾ Referem-se, majoritariamente, a pagamentos efetuados em nome de clientes para regularização de débitos veiculares das garantias oferecidas para as operações de empréstimos, conforme determinado em contrato.

⁽³⁾ O saldo refere-se majoritariamente a créditos a receber de clientes cancelados e desembolsos em duplicidade.

7. Adiantamento de clientes

Em 31 de dezembro de 2025, a Creditas SCD apresentava saldo disponível para ser utilizado pelos clientes referentes a benefícios na modalidade pré-paga no montante de R\$ 8.414.

8. Obrigações tributárias

	31/12/2025
IOF a recolher	1.500
PIS/COFINS	1.068
Contribuições sobre serviços – ISSQN	490
Imposto de Renda e Contribuição Social	186
Impostos e contribuições sobre salários	109
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	90
Total	3.443

9. Contingências

Ativo contingente

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não possuía saldos registrados como ativos contingentes.

Contingências com risco de perda provável

A Creditas Sociedade de Crédito Direto S.A. é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis, fiscais e trabalhistas. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela Administração, suportadas pela opinião de seus escritórios de advogados externos. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total de contingências é de R\$ 2.785, conforme movimentações abaixo:

	Cíveis
	31/12/2025
Saldo inicial	683
Constituição	269
Atualização monetária	82
(Reversão)	(536)
Saldo final	498

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em ações tributárias administrativas ou judiciais que são considerados Obrigações Legais perante o CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

	Tributárias
	31/12/2025
Saldo inicial	1.576
Constituição	497
Atualização monetária	214
Saldo final	2.287

Contingências com risco de perda possível

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostos por:

	Cíveis	Trabalhistas
	31/12/2025	31/12/2025
Saldo inicial	55	636
Constituição	450	-
Atualização monetária	4	92
(Reversão)	(18)	(98)
Saldo final	491	630

10. Obrigações diversas

	31/12/2025
Credores diversos ⁽¹⁾	12.456
Partes relacionadas ⁽²⁾	7.322
Repasse operadora ⁽³⁾	7.164
Contas benefícios ⁽⁴⁾	1.342
Créditos a liberar ⁽⁵⁾	566
Provisão para despesas com pessoal	435
Total	29.285

⁽¹⁾ Valor substancialmente referente a custos de regularização e consulta de veículos, como taxas de registro de gravame e pesquisas junto ao Departamento Estadual de Trânsito ("DETRAN"), bem como consultas cadastrais de clientes.

⁽²⁾ Maior detalhamento sobre esse passivo está descrito na nota 21 - Partes relacionadas.

⁽³⁾ Saldo refere-se ao repasse para a operadora Orbitall referente aos serviços de cartão de benefícios.

⁽⁴⁾ Saldo refere-se a notas de débito sobre o cartão benefício.

⁽⁵⁾ A maior parte do saldo corresponde a créditos pendentes de liberação, com liquidação prevista para o dia útil seguinte (D+1).

11. Imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º semestre 2025	31/12/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	5.806	2.445
Alíquotas vigentes %	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(1.974)	(831)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	(51)	(168)
Pagamento Baseado em Ações	(23)	(110)
Doações	(29)	(59)
Ajustes indedutíveis	1	1
Adições/(Exclusões) Temporárias:	(23)	(453)
Contingências	(150)	(194)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	252	(166)
Provisão PLR	46	78
Ajuste a valor de mercado	(171)	(171)
Imposto de Renda/Contribuição Social apurado	(2.048)	(1.452)
Adicional IRPJ (10%)	24	24
Compensação 30%	436	436
Crédito Tributário não constituído do semestre	596	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(992)	(992)

(b) Impostos diferidos ativos não reconhecidos

A Creditas SCD possui, em 31 de dezembro de 2025, montante acumulado de: R\$ 283 referente a prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como, R\$ 452 relativos as diferenças temporárias, cujos efeitos fiscais totalizam R\$ 735 em ativos fiscais diferidos não reconhecidos. Esses montantes estão disponíveis por prazo indeterminado para compensação com lucros tributáveis futuros.

A Empresa não reconhece tais ativos fiscais diferidos, por não atender aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, a qual condiciona o reconhecimento de ativos fiscais diferidos — decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais ou bases negativas de CSLL — à existência de expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros que permita a sua realização.

Embora não haja limite temporal para a utilização desses ativos fiscais diferidos, a compensação de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável anual, conforme a legislação tributária aplicável às entidades brasileiras.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Creditas SCD é de R\$ 26.000, dividido em 52.000.000 (cinquenta e dois milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Reserva de capital

As reservas de capital são compostas pelo reconhecimento dos planos de opção de compra de ações (Stock Option Plans – SOPs). Em conformidade com o CPC 10 (Pagamento Baseado em Ações), a contrapartida do gasto com opções outorgadas é classificada no patrimônio líquido como Reserva de Capital. A Creditas SCD adota essa prática para refletir a natureza da operação e assegurar a adequada segregação desses valores em relação aos prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva totalizava R\$ 5.266.

(c) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

(d) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada período, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado à reserva estatutária.

13. Pagamento baseado em ações

(a) Programas de pagamento baseado em ações

Em 6 de maio de 2015, a Creditas estabeleceu o programa de opções de ações ordinárias (SOP) que permitia ao pessoal-chave da Administração a aquisição de ações.

O programa permite aos titulares de opções o direito de comprar ações ao preço de mercado na data de sua concessão e, atualmente, o programa é limitado ao pessoal chave da Administração apenas. O principal termo e condição relacionados às concessões sob esses programas são que a liquidação deve ser realizada pela entrega de ações.

Data de concessão	Número de instrumentos	Condições de aquisição	Vida útil contratual das opções
Opções concedidas aos funcionários			
Em 6 de maio de 2015	356.952	4 anos de serviço, com 30% concedido ao término do primeiro ano e o restante mensalmente até o fim do período.	10 anos
Em 10 de julho de 2019	66.262	Aumento do pool de opções	-
Em 6 de fevereiro de 2017	(64.236)	Redução do pool de opções	-
Em 10 de julho de 2019	1.936	Aumento do pool de opções	-
Em 17 de dezembro de 2020	125.000	Aumento do pool de opções	-
Em 27 de janeiro de 2022	80.831	Aumento do pool de opções	-

(b) Mensuração ao valor justo

O valor justo das opções de ações foi mensurado pelo modelo *Black & Scholes*. Os dados utilizados no modelo de mensuração pelo valor justo na data de concessão do pagamento baseado em ações estão disponíveis a seguir:

Programas de opção de ações	Funcionários
	31/12/2025
Valor justo na data de concessão (médio)	U\$ 93.57
Preço da ação na data de concessão (médio)	U\$ 146.33
Volatilidade esperada (média)	80,30%
Vida útil esperada	4 anos
Taxa de juros sem risco (baseada em obrigações governamentais)	2,21% a.a

A volatilidade esperada foi baseada na avaliação da volatilidade histórica dos preços das ações dos pares da *Creditas Financial Solutions Ltd.*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as despesas com outorga de ações no exercício, conforme descrito na nota 16 – Despesa com pessoal, foram de R\$ 325.

14. Resultado de operações de crédito

	2º semestre 2025	31/12/2025
Rendas de operações de empréstimos	3.926	7.016
Rendas de operações de financiamentos	500	815
Operações de crédito canceladas	(827)	(1.379)
Total	3.599	6.452

15. Receita de prestação de serviços

	2º semestre 2025	31/12/2025
Receita de tarifa de cadastro e avaliação ⁽¹⁾	54.831	101.919
Receita de intercâmbio	1.676	6.381
Total	56.507	108.300

⁽¹⁾ Receita referente à originação das operações de crédito, reconhecida 100% no momento da efetivação da referida operação.

16. Despesas de pessoal

	2º semestre 2025	31/12/2025
Despesas com proventos	(764)	(1.741)
Despesas com encargos sociais	(261)	(542)
Despesa com pagamento baseado em ações (nota 13)	(69)	(325)
Despesas com benefícios	(130)	(277)
Total	(1.224)	(2.885)

17. Outras despesas administrativas

	2º semestre 2025	31/12/2025
Serviços de correspondentes bancários ⁽¹⁾	(9.120)	(36.005)
Processamentos de dados	(17.344)	(27.970)
Despesas com comissões ⁽²⁾	(8.684)	(13.522)
Serviços técnicos especializados ⁽³⁾	(5.231)	(8.937)
Serviços prestados de terceiros ⁽⁴⁾	(3.163)	(6.244)
Serviços compartilhados ⁽⁵⁾	(2.211)	(2.503)
Serviços do sistema financeiro	(1.097)	(2.028)
Associação de entidades de classe	(118)	(228)
Outras despesas administrativas	(935)	(1.567)
Total	(47.903)	(99.004)

⁽¹⁾ Saldo correspondente ao contrato de prestação de serviços de correspondente bancário ("Corban") com a Creditas Soluções Ltda. Maior detalhamento descrito na nota 21 - Partes relacionadas.

⁽²⁾ Refere-se às comissões dos financiamentos intermediados pelos parceiros lojistas.

⁽³⁾ Valor substancialmente composto por despesas para regularização dos veículos, como registro gravame no valor de R\$ 8.145 para o exercício de 2025.

⁽⁴⁾ Conforme disposto no item R410.31 das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC PA 400), a qual exige a divulgação do valor de honorários pagos à auditoria externa, o valor em 31 de dezembro de 2025 foi no total de R\$ 230.

⁽⁵⁾ Valor referente a contrato de compartilhamento de custos com outras empresas do grupo conforme Nota 21 – Partes relacionadas.

18. Despesas tributárias

	2° semestre 2025	31/12/2025
Impostos sobre serviços de qualquer natureza	(3.064)	(5.871)
Contribuição à PIS/COFINS	(4.470)	(6.817)
Total	(7.534)	(12.688)

19. Outras despesas operacionais

	2° semestre 2025	31/12/2025
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(898)	(2.476)
Juros e multa	(6)	(11)
Outras receitas/(despesas) operacionais	31	(57)
Total	(873)	(2.544)

20. Gerenciamento de risco

A Creditas SCD possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN.

(a) Limite operacional

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência ("PR"), compatível com os riscos de sua atividade.

Em decorrência aquisição do AndBank, a partir de 28 de novembro de 2025, a Creditas SCD passou a fazer parte do conglomerado prudencial do Segmento S4 liderado pelo Banco Andbank e, por consequência, o valor do Patrimônio de Referência passou a ser controlado pelo órgão regulador (Banco Central do Brasil) a nível do conglomerado.

(b) Governança corporativa

A Administração da Creditas SCD adota as práticas de mercado em termos de governança e transparência corporativa. Preocupada com o crescimento sustentável, a Creditas SCD aplica os controles, políticas e procedimentos internos em consonância com as Leis e demais normativos regulatórios.

(c) Risco de crédito

O gerenciamento é feito pelas áreas de Crédito e Cobrança, aplicando-se a política de crédito para monitorar os limites operacionais, previamente aprovados pelas áreas competentes.

A Creditas SCD utiliza informações internas de clientes, modelos estatísticos e outras análises quantitativas para determinar o perfil de risco de cada cliente. As informações levantadas são utilizadas para gerenciar o risco de crédito da carteira e para avaliar as perdas de crédito esperadas, com uma avaliação periódica das variações nos valores das provisões.

A gestão do risco de crédito é baseada em alguns pilares, conforme descrito abaixo:

- Modelos estatísticos de mensuração e classificação de riscos e política de garantias conservadora;
- Acompanhamento do perfil de risco da carteira através de uma visão prospectiva para antecipar possíveis riscos e desequilíbrios e;
- Avaliação de garantias e outros instrumentos de mitigação de risco.

(d) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de juros são inerentes às operações da Creditas SCD.

Os procedimentos e as políticas adotadas pela Creditas SCD estão em conformidade com as disposições regulamentares e as melhores práticas de mercado, e são reavaliados periodicamente com o intuito em mitigar os riscos.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar suas obrigações correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas além da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que podem afetar a capacidade de pagamento da Creditas SCD.

A Creditas SCD administra o risco de liquidez mantendo reservas de caixa, monitorando continuamente os fluxos de caixa reais versus

s projetados e adequando o perfil de vencimento de seus ativos e passivos financeiros para garantir que possua recursos suficientes para honrar suas obrigações com terceiros e atender às suas necessidades operacionais.

(f) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos.

A Creditas SCD possui uma área de controles internos, que é responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do desenho e eficácia de nossa estrutura de controles internos. Essa estrutura também é responsável pela elaboração e testes periódicos de nosso plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes. Como parte de nossa primeira linha de defesa e dentro de nosso processo de gestão de riscos, cada área de negócios possui mecanismos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar e reportar eventos de risco operacional.

(g) Risco de fraude

A exposição da Creditas SCD ao risco operacional de fraude refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes do uso indevido, dolo ou atos criminosos por parte de indivíduos envolvidos em transações com a instituição. No contexto de empréstimos pessoais, destacam-se fraudes de subscrição, como falsificação de documentos e informações e fraudes relacionadas a produtos automotivos ou familiares, nas quais o cliente adquire um produto com a intenção premeditada de inadimplência.

As políticas de gestão de risco de fraude da Creditas SCD visam identificar e analisar as transações, estabelecer controles adequados e monitorar todos os riscos. As políticas e sistemas de Risco de Fraude são revisados regularmente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Creditas SCD. A Creditas SCD, por meio de seus padrões e procedimentos de treinamento e gestão, visa manter um ambiente de controle disciplinado e construtivo em que todos os funcionários entendam seus papéis e obrigações.

21. Partes relacionadas

As partes relacionadas da Creditas SCD incluem acionistas, controladas e coligadas, pessoal-chave da Administração e negócios influenciados pelos acionistas e diretores.

A Creditas SCD efetuou transações com os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDCs"), Creditas Soluções Ltda., Creditas Holding Financeira Ltda. e Banco Andbank S.A. as quais são empresas coligadas do mesmo grupo econômico da Creditas SCD.

As transações com os FIDCs referem-se às cessões da totalidade das operações de crédito. Tais cessões são classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", de acordo com as Resolução do CMN nº 4.966/21 e o montante cedido equivale ao total do saldo devedor da operação, acrescido do resultado positivo ou negativo apurado na negociação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Creditas SCD apresentou os seguintes saldos de transações com partes relacionadas:

Ativo	31/12/2025	
Disponibilidades	34.966	
Banco Andbank ⁽¹⁾	34.966	
Outros ativos	6.915	
FIDCs ⁽²⁾	6.735	
Creditas Soluções ⁽³⁾	177	
Creditas Holding Financeira	3	
Passivo	31/12/2025	
Obrigações diversas	(7.218)	
FIDCs ⁽⁴⁾	(5.446)	
Creditas Soluções ⁽⁵⁾	(1.772)	
Obrigações diversas - Serviços compartilhados ⁽⁶⁾	(104)	
Creditas Soluções	(104)	
Resultado	2º semestre 2025	31/12/2025
Andbank - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	861	861
FIDCs - Outras despesas administrativas ⁽⁴⁾	(9.120)	(36.005)
Creditas Soluções - Serviços compartilhados ⁽⁶⁾	(2.211)	(2.503)

⁽¹⁾ Saldo refere-se à aplicações de LTN que estão classificados como "Aplicações interfinanceiras de liquidez".

⁽²⁾ Saldo a receber de cessões com FIDCs Auto XI e XII, a receber em D+1.

⁽³⁾ Refere-se à operação de crédito que será reembolsada conforme contrato de correspondente bancário ("Corban").

⁽⁴⁾ Refere-se aos repasses de recursos a serem realizados aos FIDCs a liquidar conforme previsto nos respectivos contratos.

⁽⁵⁾ Saldo corresponde ao contrato de prestação de serviços de correspondente bancário ("Corban").

⁽⁶⁾ Saldo referente a contrato de compartilhamento de custos entre as empresas do grupo. Os referentes ao resultado estão registrados no grupo de outras despesas administrativas (nota 17).

Remuneração da administração

A remuneração e demais benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração são divulgados pela holding do Grupo que a Empresa pertence: *Creditas Financial Solutions Ltd.*, estando as informações consolidadas e detalhadas na Nota "Relates parties" das demonstrações financeiras da referida entidade.

22. Eventos subsequentes

Entre a data de encerramento do exercício e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, não houve ocorrência de eventos subsequentes com impacto contábil ou financeiro relevante.

Vitoria Zanela dos Santos Doebeli

Contadora - CRC SP 1SP335091